

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.401 - AL (2018/0304376-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : M S C C (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

M. S. C. C. alega sofrer constrangimento ilegal diante do acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas** no HC n. 0802102-04.2018.8.02.0000.

De acordo com a manifestação do Ministério Público Federal, em 29/1/2019, foi prolatada sentença condenatória em desfavor do acusado. **A superveniência de sentença condenatória**, por constituir novo título judicial a amparar o encarceramento provisório do acusado, **é causa de prejudicialidade do mandamus impetrado contra anterior decreto de prisão preventiva.**

Tem-se concluído que "não cabe a esta Corte averiguar a motivação do novo decreto construtivo sem que haja prévia submissão desta tese ao Tribunal de origem, sob pena de indevida supressão de instância" (**AgRg no HC n. 251.260/MG**, Rel. Ministro **Og Fernandes**, 6ª T., DJe 24/6/2013). No mesmo sentido, confira-se o seguinte julgado da Quinta Turma: **HC n. 243.953/MG**, Rel. Ministro **Marco Aurélio Bellizze**, DJe 13/3/2013.

À vista do exposto, **julgo prejudicado** este recurso ordinário em habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**